

FRANK KENJI AOYAGUE

**PRÁTICA EDUCATIVA DA LÍNGUA PORTUGUESA
EM EJA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação São Luís, como exigência parcial para a conclusão do curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Língua Portuguesa: Compreensão e Produção de Textos

Orientador: Prof. Marcos Guariz.

**FACULDADE DE EDUCAÇÃO SÃO LUÍS
NÚCLEO DE APOIO DE SÃO PAULO – SP
JABOTICABAL - SP
2016**

PRÁTICA EDUCATIVA DA LÍNGUA PORTUGUESA EM EJA

FRANK KENJI AOYAGUE¹

Resumo

A presente monografia tem como finalidade uma explanação acerca da prática educativa em EJA – Educação de Jovens e Adultos. Foi estruturada em dois capítulos, sendo que no primeiro capítulo será apresentado um panorama histórico da alfabetização de jovens e adultos no Brasil desde a década de 40, com movimentos e programas instituídos nesse sentido, bem como uma breve apresentação do Método Paulo Freire, que servirá como fio condutor do presente trabalho. No segundo capítulo será dado enfoque ao aluno do EJA, qual seu perfil, a diferença entre alfabetização e letramento, discussões de aulas com projetos em EJA, leitura e produção de textos em EJA, bem como a sistematização de experiências em EJA, inclusive no Brasil e as experiências alternativas de trabalho na prática educativa em EJA. Ao final, serão tecidas conclusões acerca do tema.

INTRODUÇÃO

A prática educativa em EJA – Educação de Jovens e Adultos deve ser vista não só como um processo de alfabetização daqueles que por algum motivo não tiveram acesso em época própria, mas também como um desafio em preparar alunos para o mercado de trabalho.

A alfabetização na EJA deve levar em conta três dimensões da educação: a individual, a profissional e a social.

Na dimensão individual, deve ser considerada a leitura de mundo do educando, juntamente com as suas experiências de vida, que fazem dele um ser único.

¹ Formado em Administração de Empresas, com ênfase em Análise de Sistemas; pós-graduando, “latu sensu” em Língua Portuguesa Compreensão e Produção de Textos; E-mail: frankkenji@ig.com.br; Orientador: Prof. Marcos Guariz.

Na dimensão profissional, há que ser considerada a necessidade de inserção e atualização no mercado de trabalho.

A dimensão social, por sua vez, leva em conta a conscientização do indivíduo, no que tange seu papel no mundo, possibilitando o pleno exercício de sua cidadania.

Este Trabalho de Conclusão de Curso tem como escopo apresentar uma breve análise do panorama histórico e evolutivo da prática educativa em EJA, incluindo a apresentação do Método de alfabetização criado por Paulo Freire, bem como a análise de quem é o aluno do EJA, como é feito o ensino da leitura, da produção de textos e as sistematizações necessárias, levando-se em conta o contexto em que se dará a alfabetização, bem como os trabalhos alternativos em EJA.

1. PANORAMA HISTÓRICO DA ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

Conforme assinala FÁVERO², apenas na década de 40, o analfabetismo passa a ser visto como um problema nacional e é nessa época que se organiza a primeira grande estrutura contra o analfabetismo no Brasil. Tal fato ocorreu, dentro de um contexto histórico que reunia altos índices de analfabetismo adulto resultante do Censo de 1940, final da ditadura de Getúlio Vargas e início da redemocratização, final da Segunda Guerra Mundial e criação da Organização Nacional para a Educação, Ciência e Cultura- UNESCO, que implementou diversas ações no contexto internacional, as quais pressionavam o Governo Federal para uma providência nesse aspecto.

Assim, o Governo Federal, lançou em 1947, a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos – CEAA implementando classes de alfabetização em todos os estados brasileiros, de forma simultânea. Utilizava-se de discursos pedagógicos da educação regular e da alfabetização de crianças e possuía uma forte preocupação em formar eleitores, já que à época, a população analfabeta não votava e formava um contingente de 55% da população.

² FAVERO, 2004, apud TAMAROZZI, Edna; COSTA, Renato Pontes, 2009, p.13-14.

Ainda, segundo FÁVERO³, no que diz respeito aos resultados obtidos com a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos – CEAA, constatou-se que houve uma redução de 5% do analfabetismo entre 1940 a 1950 e de 15% entre 1950 a 1960.

Na década de 50, o desenvolvimentismo e o populismo favoreceram o surgimento de muitas lutas pela democratização da cultura e afirmação de uma cultura popular, como formas de resistência ao imperialismo econômico e cultural norte-americano, a que o Brasil estava submetido. O movimento estudantil teve um papel fundamental nesse período.

Nesse contexto foram criados o Movimento da Cultura Popular – MCP (Universidade Federal de Pernambuco) e o Centro Popular de Cultura – CPC.

Na década de 60 existiram vários movimentos com a finalidade de alfabetizar jovens e adultos, bem como promover a educação e a cultura popular.

Dentre esses movimentos, pode-se destacar: MEB – Movimento de Educação de Base; MCP – Movimento de Cultura Popular; CPC – Centro Popular de Cultura e CEPLAR – Campanha de Educação Popular.

Tais movimentos foram extintos após o golpe militar de 1964, pois foram considerados de caráter comunista. Por outro lado, durante o período da ditadura militar foi criado o MOBREAL, que teve como sucessora a EDUCAR, extinta pelo governo Fernando Collor em 1990, não sendo criada nenhuma outra instituição em EJA, o que só ocorreu em 1997, quando Fernando Henrique Cardoso criou o Programa de Alfabetização Solidária – PAS.

A década de 90 foi marcada pela expansão de pesquisas na área da educação, as quais influenciaram a EJA. Além disso, acordos internacionais e, principalmente a Constituição Federal de 1988 trouxeram muitas mudanças no campo da EJA, já que a Carta Magna considera a educação um direito subjetivo, conforme assinala Beisiegel⁴:

(...) a Constituição Federal de 1988 estendeu a garantia de ensino fundamental gratuito e obrigatório para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria. Buscando criar as condições

³ IDEM.

⁴ Beisiegel, 2000 apud TAMAROZZI, Edna; COSTA, Renato Pontes, 2009, p.18.

necessárias à rápida implementação dessa decisão, o legislador determinou, no artigo 60 das disposições transitórias, que pelo menos 50% dos recursos vinculados ao ensino (artigo 212) fossem aplicados na eliminação do analfabetismo e na universalização do ensino fundamental. A essas disposições vinham juntar-se aos parágrafos 1º e 2º, do item VII, do artigo 208, que dispunham, respectivamente, que o “acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito subjetivo” e que o “não oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular importa responsabilidade da autoridade competente”.

Posteriormente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9.396/96) institui a EJA como modalidade de Educação Básica, senão, vejamos em seu artigo 37:

Artigo 37: A Educação de Jovens e Adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

Parágrafo 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante recursos e exames.

A V Conferência Internacional de Educação de Adultos realizada em Hamburgo, Alemanha, em 1997, produziu um documento final denominado “Declaração de Hamburgo e Agenda para o Futuro”, que enfatiza uma série de compromissos a serem adotados pelos países signatários, entre eles o Brasil; que se constituirão como marcos orientadores do EJA.

É importante salientar que a preparação do Brasil para sua participação na Conferência de Hamburgo, envolveu a mobilização de vários estados da federação e deu origem no Rio de Janeiro ao Fórum de Educação de Jovens e Adultos.

Hoje em dia, tem-se esse tipo de organização em quase todos os estados do país, os Fóruns Estaduais de EJA, sendo que o Movimento dos Fóruns tem assento na Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (CNAEJA)

do MEC, servindo como um importante instrumento articulador da sociedade civil em torno do EJA.

No ensinamento de PAIVA:⁵ acerca dos Fóruns:

A marca principal desses Fóruns é, de modo geral, o caráter informal, não institucionalizado, não submetido a nenhuma instância de poder formal, embora alguns representem coordenações mais ou menos estruturadas. (...) A participação de secretarias municipais de educação e de outros organismos de governo tornou-se tão significativa quanto a de educadores, de universidades, de movimentos sociais, de instituições privadas e de organizações não governamentais. Por esta marca tem podido interferir, em muitos casos, nas políticas locais, de maneira que, cada vez mais, constituem políticas públicas, dada a relevância da participação e da consciência do lugar político que ocupam.

Constituíram os principais movimentos para a alfabetização de adultos desde a década de 60: Movimento de Educação de Base – MEB; Movimento de Cultura Popular – MCP; Movimento Popular de Cultura – MPC; Campanha de Educação Popular – CEPLAR, o Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL, Programa de Alfabetização Solidária – PAS.

1.1. Movimento de Educação de Base – MEB (1961 até hoje).

O Movimento de Educação de Base foi criado através do Decreto 50.370/61, o qual previa que o governo federal, em cooperação com a CNBB – Conferência Nacional de Bispos do Brasil iria promover a alfabetização de adultos, o que se daria através de convênios com o Ministério da Educação e Cultura, outros Ministérios e Órgãos Federais que repassariam os recursos à CNBB, sendo utilizada a rede de emissoras católicas para o processo de alfabetização.

O MEB tinha como áreas de atuação o estado de Minas Gerais, interior das regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste, caracterizadas por grande subdesenvolvimento socioeconômico.

⁵ PAIVA. 2004.p.37.

Conforme esclarece FAVERO⁶, o MEB era voltado para a alfabetização da população rural e tinha como proposta uma educação de base que levasse o homem a refletir sobre os seus valores pessoais, morais e cívicos, engajando-o no preparo para as reformas básicas, tais como a reforma agrária e ajudando-o a se defender de ideologias incompatíveis com o espírito cristão da nacionalidade.

Utilizava-se de redes de emissoras católicas, as quais serviriam de escolas radiofônicas para a transmissão de conteúdos alfabetizadores.

Faz-se importante salientar que no decorrer de sua existência, o MEB teve o conceito de educação de base que trazia consigo, alterado várias vezes, senão vejamos:

Em 1961, seu conceito de educação de base era: “Ser um conjunto de ensinamentos destinados a promover a valorização do homem e o soerguimento das comunidades”.

Em 1962: “... entende-se como educação de base o processo de autoconscientização das massas, para uma valorização plena do homem e uma consciência crítica da realidade (...). Concomitantemente, deve propiciar todos os elementos necessários para capacitar cada homem a participar do desenvolvimento integral de suas comunidades e de todo povo brasileiro”.

Já no período que antecedeu o golpe militar, o conceito de educação de base apresentado, era: “... aprender a comer bem, a defender sua saúde, a manter boas relações com seus semelhantes e integrá-lo no quadro geral de uma sociedade justa”.

Após o golpe militar de 1964, o MEB teve alguns de seus livros confiscados por serem considerados de teor comunista, tendo-se encerrado em alguns estados, devido à pressão feita pelo Regime Militar, sendo que em 1970 priorizou a alfabetização nas regiões Norte e Nordeste do país.

1.2.Movimento de Cultura Popular – MCP (1960 - 1964)

O Movimento de Cultura Popular - MCP foi um movimento ligado à Prefeitura de Recife, com apoio do Governador Miguel Arraes e do Diretor da Divisão de Pesquisa e Coordenador do Projeto de Educação de Adultos do MCP, Paulo Freire.

⁶ FAVERO, 2006, p.56.

A alfabetização deste projeto se utilizava de centros de cultura e círculos de cultura, por meio de grupos de debates de temas da realidade brasileira.

Destarte, tinha o movimento a proposta de alfabetizar utilizando-se de novos métodos, porém por faltar-lhe recursos financeiros não pôde ingressar em outros estados do Brasil, atuando apenas em Recife e Rio Grande do Norte.

Foi extinto em 1964 por causa do golpe militar que o considerou uma ameaça, tendo alguns de seus integrantes presos ou exilados.

1.3. Centro Popular de Cultura – CPC (1961 - 1964)

O Centro Popular de Cultura - CPC foi fundado pela UNE – União Nacional dos Estudantes, artistas e intelectuais, em 1961. Participaram igualmente de sua criação três atores do Teatro de Arena: Oduvaldo Vianna Filho, Carlos Estevan Martins e Leon Hirazman.

Tinha como objetivo levar a cultura às classes mais desfavorecidas da sociedade, utilizando-se de peças teatrais para que o povo adquirisse cultura.

Por volta de 1963, foi criado o departamento de alfabetização de adultos, onde seriam utilizados materiais como livros de literatura no ensino.

Também foi extinto em 1964, quando em decorrência do Golpe Militar as instalações da UNE foram incendiadas para evitar o contato do material com as classes populares.

1.4. Campanha de Educação Popular- CEPLAR (1961 - 1964)

A Campanha de Educação Popular - CEPLAR teve origem na Paraíba em 1961, tendo sido criada pelo governo estadual.

Tinha como método pioneiro à utilização em larga escala do método Paulo Freire e como tema central a realidade brasileira, principalmente, a nordestina e paraibana.

Utilizava-se de teatros populares e círculos de cultura como escolas de conscientização da realidade.

Sua extinção ocorreu com o advento do Golpe Militar. Porém, mesmo antes desse fato a CEPLAR já havia sido agredida por um grupo, o embrião da Cruzada

ABC, que já trabalhava contra o método político-pedagógico da CEPLAR por considera-lo subversivo e comunista.

1.5. Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL (1967-1985)

O MOBRAL surgiu com a finalidade de monopolizar todas as iniciativas idealizadoras anteriores que foram silenciadas pela censura e pela repressão da Ditadura Militar, para que não houvesse uma conscientização acerca da realidade brasileira.

Foi instituído pela Lei 5.379 de 15 de dezembro de 1967, entretanto só começou a funcionar em 1970 quando conseguiu uma forma de financiamento, que consistia em desviar 24% da receita líquida da Loteria Esportiva e deduções voluntárias de 1 a 2% do imposto de renda devido pelas pessoas jurídicas para o programa de alfabetização, o que fez com que o MOBRAL se tornasse executor de uma das maiores campanhas de alfabetização do Brasil.

À época, concomitantemente ao crescimento econômico, havia um incentivo do governo ao êxodo rural-urbano, o que fortaleceu o modelo industrial.

A ideia era transformar, em um curto espaço de tempo, esses migrantes em pessoas alfabetizadas e aptas a participarem do modelo urbano-industrial, encaminhando todos ao mercado de trabalho.

Às empresas que efetuavam as suas deduções no Imposto de Renda poderiam contar com o trabalho desse contingente alfabetizado, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico do país.

Conforme nos ensina Jannuzzi⁷:

O analfabetismo era visto como algo que devia ser erradicado porque era um dos grandes obstáculos do desenvolvimento do país. Assim sendo, o indivíduo deveria ser alfabetizado para mais facilmente receber as informações e o treinamento que o permitiriam desempenhar o papel que lhe era reservado dentro do desenvolvimento.

⁷JANNUZZI, 1989, p.54

O MOBRAL possuía dois programas básicos para a alfabetização de adolescentes e adultos, quais eram: Programa de Alfabetização Funcional (PAF) e Programa de Educação Integrada (PEI).

Se a finalidade do PAF era proporcionar o aprendizado de técnicas de leitura, escrita e cálculo, introduzindo o neoalfabetizado na comunidade, o PEI constituía um desdobramento do MOBRAL, permitindo uma melhor qualificação profissional e integração ao mercado de trabalho.

Importante salientar que surgiram outros programas complementares para continuidade do aprendizado, tais como: Mobral Cultural, Programa de Educação Comunitária para a Saúde, Programa Diversificado de Ação Comunitária e Programa de Autodidatismo.

Essencialmente, o MOBRAL constituiu a representação ideológica do regime militar, uma vez que consistia em um mecanismo de controle da educação, por meio da ditadura militar, direcionando a população analfabeta para a produção econômica do país, bem como disseminando valores mantenedores do regime, facilmente perceptível através das imagens e textos do material didático distribuído gratuitamente a todos os mobralenses e educadores, eis que carregavam mensagens favoráveis à manutenção da “ordem”, garantida pelo Regime Militar.

Instituído pela Lei 5.692/71, também surge o ensino supletivo, ainda no contexto da superação do analfabetismo e escolarização para aqueles que não tinham conseguido estudar em “idade regular”. Os programas vindos do ensino supletivo foram um marco na inserção de tecnologias para a educação, como o uso da televisão, rádio e correspondência.

Durante a década de 1980, a EJA – Educação de Jovens e Adultos foi substituída pela Fundação Nacional para a Educação de Jovens e Adultos – Educar, que realizava atividades diferentes do MOBRAL, apesar de ter incorporado muito de suas ações.

1.6. Programa de Alfabetização Solidária – PAS

O Programa de Alfabetização Solidária – PAS foi lançado em 1997, sob o governo de Fernando Henrique Cardoso, sendo uma das linhas de atuação do Programa Comunidade Solidária da então primeira dama, Ruth Cardoso, e se dividia

em três subprogramas: o Programa Universidade Solidária, na mesma linha do Projeto Rondon, que levava estudantes universitários para que trabalhassem como voluntários por um mês em cidades do interior do Brasil; o Programa Capacitação Solidária, que desenvolvia cursos voltados para a formação profissional de jovens e adolescentes; e o Programa de Alfabetização Solidária, que desenvolvia ações de alfabetização de jovens e adultos em cidades do interior do país, atendendo basicamente as regiões Norte e Nordeste.

Todos esses programas possuíam estrutura de Organizações Não Governamentais (ONG's) e atuavam em parceria com universidades, prefeituras, Governo federal e empresas privadas, todos gerenciados por uma Coordenação Nacional, a quem cabe fazer a articulação entre todos esses diferentes parceiros.

O PAS teve uma importante atuação no final da década de 90, quando se fez presente em mais de 2000 municípios e com a participação de mais de 200 instituições, com a função de gerenciar os processos de formação e acompanhamento de turmas implantadas em cidades do interior.

Cumprе salientar que o PAS existe até hoje, funcionando segundo as regras do Programa Brasil Alfabetizado, possuindo, também, atuação internacional.

1.7. Programa Brasil Alfabetizado

O Programa Brasil Alfabetizado foi criado em 2003, sob o governo de Luís Inácio Lula da Silva, retomando a estrutura de uma campanha nacional e a ideia de erradicação do analfabetismo em quatro anos de mandato. Funciona por meio de repasse de recursos do Ministério da Educação para as instituições executoras nos estados e municípios.

1.8. O Método Paulo Freire

Surgido na década de 60, o pensamento do educador Paulo Freire foi de extrema importância, eis que propôs uma educação na qual o analfabeto seria o "sujeito" de sua alfabetização.

Propunha uma educação que permitisse aos educandos uma reflexão sobre suas potencialidades, afastando-se de concepções enraizadas e preconceituosas, nas quais o analfabeto aparece como ser “incapaz”.

Conforme nos ensina PAIVA⁸, segundo o método de Freire, cabia ao educador “ajudar o homem a ajudar-se” e assim adquirir uma “postura conscientemente crítica diante de seus problemas”.

O método inaugurado por Paulo Freire modificou a estrutura dos cursos para alfabetização de adultos e permitiu uma nova definição da pessoa analfabeta, conforme assinala ROCCO⁹:

“O analfabeto passou a não ser tratado como um ser que lhe falta, que precisa adquirir, mas como uma pessoa necessitada de rever suas posições, conscientiza-se de seu mundo, procura analisar, compreender e transformar-se profundamente, se for o caso”.

Foi colocado em prática através do Movimento de Cultura Popular (MCP), em Recife e no Rio Grande do Norte.

Conforme nos ensina BRANDÃO¹⁰, o trabalho implementado pela equipe de Paulo Freire se iniciava com a denominada Pesquisa do Universo Vocabular, que consistia no conhecimento da realidade local, realizando uma espécie de pesquisa exploratória, para levantamento de palavras e expressões de uso local, onde os educadores se misturavam aos educandos e à comunidade onde eles viviam, procurando saber o que pensavam e diziam aquelas pessoas.

Essa primeira etapa norteava a etapa de alfabetização, pois os educadores selecionavam as palavras que serviriam de apoio ao processo de alfabetização, as denominadas palavras geradoras. Tal fato tinha um duplo objetivo: atender a uma possibilidade de leitura da realidade social e favorecer a leitura da palavra escrita, facilitando a compreensão do funcionamento da língua escrita.

Ainda segundo BRANDÃO¹¹, no que diz respeito à definição de palavra geradora:

⁸ PAIVA, 2003, p.280.

⁹ ROCCO, 1979, p.106.

¹⁰ BRANDÃO, 2004, p.24. apud TAMAROZZI, Edna; COSTA, Renato Pontes, 2009, p. 51.

¹¹ BRANDÃO, 2004, apud TAMAROZZI, Edna; COSTA, Renato Pontes, 2009, p. 51.

A melhor palavra geradora é aquela que reúne em si a maior porcentagem possível de critérios: sintático (possibilidade ou riqueza fonêmica, grau de dificuldade fonêmica complexa, de manipulabilidade dos conjuntos de sinais, de sílabas, etc); semântico (maior ou menor intensidade do vínculo entre a palavra e o ser que a designa, maior ou menor adequação entre a palavra e o ser designado, etc) e pragmático (maior ou menor teor de conscientização que a palavra traz em potencial ou o conjunto de reações socioculturais que a palavra gera na pessoa ou grupo que a utiliza) (Fundamentação Teórica do Programa).

Destarte, a palavra geradora, no método de Paulo Freire além de instrumento de alfabetização, também constituía um instrumento de conscientização, suscitando discussões e promovendo debates em busca de novas informações e, originando os “Círculos de Cultura”, onde as palavras geradoras eram apresentadas através de “slides” ou cartazes, constituindo as chamadas “fichas de cultura”, que partiam de situações reais vividas pelas pessoas daquele lugar, promovendo o debate entre os alunos sobre temas amplos e relevantes no processo de conscientização, fazendo com que o educando pudesse pensar e se colocar a respeito do que estava vendo.

Vejamos a título de exemplo a palavra tijolo, ou seja, com a palavra geradora tijolo.

Primeiramente a palavra é mostrada em seu todo e depois, em uma ficha de descoberta, dividida em suas unidades fonéticas, as sílabas, as quais permitem aos educandos ler cada “pedaço” da palavra.



Depois, o educador apresenta uma nova ficha de descoberta, contendo a família silábica de cada sílaba que compõe a palavra e os educandos repetem cada uma delas juntamente com o educador. Depois disso, esses educandos são desafiados a formarem novas palavras a partir das sílabas apresentadas. É uma nova ficha de descoberta.

TIJOLO				
TA	TE	TI	TO	TU
JA	JE	JI	JO	JU
LA	LE	LI	LO	LU

Através dessa ficha de descoberta, o educador lê as sílabas em diversas direções, estimulando os educandos a fazerem o mesmo, formando novas palavras e até frases.

Sobre tal método de alfabetização, assinala BRANDÃO¹²: “com muita alegria, Paulo Freire lembra que um dia, em cima da ficha de descoberta de tijolo, um alfabetizando de Brasília construiu: “tu já lê””.

Através do método de Freire, pode-se afirmar que o educando passa a ser o dono do seu próprio processo de alfabetização e passa a construir a sua libertação, através da sua consciência de mundo.

Posteriormente, o método de Paulo Freire ser testado em “círculos” na roça e na cidade, no Nordeste, o trabalho foi levado ao Rio de Janeiro, a São Paulo e a Brasília e, com resultados extremamente positivos, decidiu-se aplicar o método em todo o território nacional, mas desta vez com o apoio do Governo Federal, entre 1963 e 1964, com a instalação de círculos de cultura.

Em fevereiro de 1964, o governo do Estado da Guanabara apreendeu milhares de exemplares da cartilha do Movimento de Educação de Base: Viver é Lutar. Logo nos primeiros dias de abril, a Campanha Nacional de Alfabetização, idealizada com a direção de Paulo Freire, foi denunciada publicamente como “perigosamente subversiva”. Tal fato culminou com o exílio de Paulo Freire e sua família por dezesseis anos no Chile, país que veio a receber da UNESCO uma distinção como um dos cinco países que melhor contribuíram para superar o analfabetismo, fruto do trabalho de Freire.

¹² BRANDÃO, 2004, apud TAMAROZZI, Edna; COSTA, Renato Pontes, 2009, p. 53..

2. O ALUNO DO EJA – EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Com o advento da Constituição Federal de 1988 reafirmado pela Lei de Diretrizes e Bases de 1996, o direito a educação básica foi estendido aos jovens e adultos na Constituição federal.

Conforme assinala PEREIRA¹³, o EJA tem passado por várias modificações:

Na busca de fazer uma alfabetização de adultos que leve, efetivamente, ao domínio da linguagem escrita e não só de tecnologias e, buscando inserir, de modo mais completo, o jovem e o adulto no mundo da escrita, as experiências tomam consistências diferentes e vão construindo novos paradigmas.

O aluno do EJA é aquele para quem a escola não realizou a sua função social ou esta foi negada por vários motivos, quais sejam: a necessidade de trabalhar para o sustento de sua família, ausência de escolas no campo, migração forçada, entre outros.

Os jovens e adultos que voltam à escola fazem parte da população pobre, oriunda de bairros periféricos ou da zona rural, que procura estudar para atender as exigências do mercado, para ajudar seus filhos e netos nas tarefas escolares ou, ainda, para conseguirem ler palavras simples, assinar o próprio nome e até mesmo ler o itinerário de transportes coletivos.

O traço diferencial entre o jovem do EJA é que esse jovem consegue se integrar mais rapidamente às novas tecnologias, principalmente em virtude das exigências do mercado de trabalho.

Conforme assinala OLIVEIRA¹⁴:

(...) ele também é um excluído da escola, porém geralmente incorporado aos cursos supletivos em fases mais adiantadas de escolaridade, com maiores chances, portanto, de concluir o ensino fundamental ou mesmo o ensino médio. É bem mais ligado ao

¹³ PEREIRA, 2005, p.22.

¹⁴ OLIVEIRA, 2001, p.16.

mundo urbano, envolvido em atividades de trabalho e lazer, mais relacionados à sociedade letrada, escolarizada e urbana (...).

Pode-se afirmar que os estudantes do EJA possuem um conhecimento de vida que, juntamente com o seu processo de aprendizagem, permite a valorização de suas habilidades e potencialidades, bem como que ele se assuma cada vez mais como sujeito de suas ações.

2.1 – Alfabetização e Letramento no EJA

A palavra “letramento” tem origem inglesa, “literacy”, e tem como significado: “o estado ou condição que assume aquele que aprende a ler e a escrever”, conforme ensina SOARES¹⁵.

Tal vocábulo surgiu no século XIX, com a Revolução Industrial e a ampliação do direito do voto, passando o termo “literacy” a designar mudanças históricas das práticas sociais.

Destarte, depreende-se que o termo letramento designa as mudanças que ocorrem no estado do indivíduo quando se apropria da língua escrita.

Considerando que a alfabetização é um processo longo e tem como objetivo não apenas ensinar a leitura e a escrita, mas também inserir o cidadão em processos de apropriação da leitura e escrita alfabética, eis que não é possível se alfabetizar sem letrar e o letramento constitui um fator essencial na emancipação do sujeito, com a sua inserção na sociedade letrada e permitindo que ele reveja a sua forma de estar no mundo como educando e cidadão.

Assim, pode-se afirmar que o letramento vai muito além do ensino da leitura e da escrita; o objetivo é de formar cidadãos.

Um indivíduo alfabetizado que não participa da sociedade letrada, é considerado um analfabeto funcional, pessoas que tiveram acesso à tecnologia da leitura e da escrita, mas que não desenvolveram a capacidade da sua utilização na prática social, como ferramenta que os insere na sociedade como cidadãos de pleno direito. Por outro lado, muitas pessoas analfabetas podem ser letradas.

¹⁵ SOARES, 2006, p.17

Nesse sentido, esclarece SOARES¹⁶:

(...) Um adulto pode ser analfabeto, porque marginalizado social e economicamente, mas se vive em um meio em que a leitura e a escrita têm presença forte, se interessa em ouvir a leitura de jornais, feita por um alfabetizado, se recebe cartas que os outros leem para ele, se dita cartas para que um alfabetizado as escreva, (...) se pede a alguém que lhe leia avisos ou indicações afixados em algum lugar, esse analfabeto é, de certa forma, letrado, porque faz uso da escrita, envolve-se em práticas sociais de leitura e de escrita. Da mesma forma, a criança que ainda não se alfabetizou, mas já folheia livros, finge lê-los ou brinca de escrever, ouve histórias que lhe são lidas, está rodeada de material escrito e percebe seu uso e função, essa criança é ainda analfabeta (...) mas já penetrou no mundo do letramento, já é, de certa forma, letrada.

Quanto à dúvida da razão pela qual, indivíduos não alfabetizados possuem níveis de letramento, embora excluídos socialmente, Tfouni¹⁷, esclarece:

(...) a explicação (...) não está em ser ou não alfabetizado, enquanto indivíduo. Está sim, em ser, ou não letrada a sociedade nas quais esses indivíduos vivem. Mais que isso: está na sofisticação das comunicações, dos modos de produção, das demandas cognitivas pelas quais passa uma sociedade como um todo quando se torna letrada, e que irão inevitavelmente influenciar aqueles que nela vivem alfabetizados ou não.

A técnica do letramento permite ao indivíduo um aprofundamento e uma reflexão acerca do mundo no qual se encontra inserido, considerando que o analfabetismo ocorre em muitas perspectivas, tais como: histórica, antropológica, sociológica, sociolinguística, psicológica, discursiva, textual, entre outras.

¹⁶ SOARES, 2006.p.24.

¹⁷ TFOUNI, 2004.p.27

A pessoa letrada, mesmo não alfabetizada muda seu lugar social na sociedade, seu modo de viver, sua inserção na cultura, sua relação com os outros e com o contexto.

A prática da leitura e da escrita permite ao indivíduo adquirir conhecimento e o letramento tem esse papel transformador na sociedade.

Para que seja atingida a justiça social, prevista constitucionalmente como um dos objetivos da República Federativa do Brasil, mister se faz existam políticas públicas que visem a erradicação do analfabetismo.

2.1.1 – Discussão de aulas com projetos em EJA

A metodologia adotada em um projeto relaciona-se a uma visão interdisciplinar do conhecimento, para que se promova sua análise integral.

A interdisciplinaridade, através da síntese de duas ou mais disciplinas, produz um novo conhecimento com base nas estruturas anteriores, através de sua justaposição harmoniosa e proporcionando novas formas de saber o mundo.

Conforme assinala FREIRE¹⁸, a interdisciplinaridade dos projetos em EJA, pode ser definida como sendo: "(...) o processo metodológico para a construção do conhecimento pelo sujeito, com base em suas relações com a realidade e com a cultura". Afirmando, ainda, que a interdisciplinaridade se caracteriza através de dois movimentos dialéticos, quais sejam: a problematização de uma dada situação, pela qual se abrem as cortinas para a realidade contextual e a sistematização do conhecimento de forma integrada, as quais se mostram fundamentais para um projeto escolar, pois unem a teoria e a prática, humanizando a primeira e otimizando a segunda.

A discussão de projetos em EJA necessita ser bem elaborado, levando-se em conta o contexto em que será aplicado e poderá ter desdobramentos, a longo prazo, para aquele grupo específico.

Há três aspectos fundamentais que caracterizam um bom projeto: ser embasado na realidade, ser realizado por um grupo de interesses comuns e ter como finalidade a melhoria das condições de vida e a realização de estudos de um grupo ou de uma comunidade.

¹⁸FREIRE apud MORAES, 2000, p. 184

O planejamento para as práticas de EJA exigiu dos docentes um novo planejamento da entre as ideias e a ação, o caminho que seria seguido, rompendo com a visão da educação tradicional, originando uma educação voltada para a autonomia, conforme estudos de FREIRE¹⁹, o qual defende uma pedagogia da autonomia fundada na ética, no respeito à dignidade e à própria autonomia do sujeito:

É neste sentido também que a dialogicidade verdadeira, em que os sujeitos dialógicos aprendem e crescem na diferença, sobretudo no respeito a ela, é a forma de estar sendo coerentemente exigida por seres que, inacabados, assumindo-se como tais, se tornam radicalmente éticos.

Assim, a discussão de aulas com projetos em EJA deve pautar-se em um viés interdisciplinar, com a integração de conteúdos na valorização das práticas e várias áreas de conhecimento.

Quanto à interdisciplinaridade, afirma VASCONCELLOS²⁰ que: “Na perspectiva dialética da educação, o conhecimento a ser trabalhado em sala de aula não tem um fim em si mesmo. “O conhecimento tem sentido quando possibilita o compreender, o usufruir ou o transformar a realidade”.

Ainda segundo VASCONCELLOS²¹, “Uma metodologia na perspectiva dialética baseia-se numa concepção de homem e de conhecimento onde se entende o homem como um ser ativo e de relações”.

Destarte, pode-se afirmar que o conhecimento é um processo construído pelo próprio sujeito na sua relação com os outros e com o próprio mundo em que vive.

2.1.2. O ensino da leitura em EJA

O ensino da leitura aos alunos da EJA consiste, inicialmente, em fazer com que eles consigam diferenciar visivelmente cada letra impressa, associando-a com o

¹⁹ FREIRE, 2009,p.60.

²⁰ VASCONCELLOS, 2002, p.40.

²¹ IDEM,2002,p.55.

seu correspondente sonoro. Além disso, é imprescindível a compreensão e a análise crítica do texto lido.

O objetivo de tal mecanismo é fazer com que os alunos descubram novas ideias e desenvolvam o prazer pela leitura, conscientizando-se da sua importância na formação de um cidadão crítico e atuante no mundo, eis que consciente da sua própria função na sociedade.

Caberá ao professor se utilizar de metodologias e práticas pedagógicas que atendam a essa finalidade, permitindo, ao mesmo tempo, que ele seja mediador de todo o processo de interação com os textos apresentados em aula. Para isso, caberá investir na funcionalidade da leitura, utilizando-se de uma grande diversidade de textos, tais como: revistas, jornais, quadrinhos, bulas, cartazes e outros, facilitando o acesso dos alunos ao hábito da leitura e permitindo a dispensa de sistematização de regras gramaticais.

Conforme assinala FREIRE²², a leitura da palavra não é apenas precedida pela leitura do mundo, mas por uma forma de escrevê-lo ou de reescrevê-lo, quer dizer de transformá-lo através da prática consciente. O ato de ler envolve desde a decodificação dos símbolos gráficos até a análise reflexiva do seu conteúdo, ou seja, a capacidade de se inferir fatos que não são apresentados explicitamente no texto.

RUIZ²³, por sua vez, enfatiza que:

“(...) a leitura é fundamental na vida do indivíduo, pois amplia e integra conhecimentos (...), abrindo cada vez mais os horizontes do saber, enriquecendo o vocabulário e a facilidade de comunicação, disciplinando a mente e alargando a consciência (...)”.

De todo o exposto, depreende-se que consiste em uma alfabetização que possui uma dimensão, um alcance muito mais amplo do que o proposto pelas antigas cartilhas, as quais propunham o aprendizado de sons de famílias silábicas e textos que os envolviam, eis que se trata de uma alfabetização que permite a codificação de um texto, letras, pontuação, bem como o sentido do mesmo.

2.1.3. – A produção de texto em EJA

²² FREIRE, 2007, p.3.

²³ RUIZ, 2002, p.35.

Para que seja possível ler corretamente, é necessário que se tenha coerência, argumentação, coesão, domínio de conhecimentos científicos e práticas sociais de leitura e escrita.

A leitura não pode ocorrer de forma isolada, mas devem se vincular à produção de textos, permitindo ao aluno do EJA trabalhar com o processo de codificação/decodificação, visando contextualizar o aprendizado.

Conforme bem observa Klein²⁴:

[...] nem cabe reduzir o ensino da escrita ao domínio básico do código, reduzindo as condições de produção do texto, nem cabe eliminar as atividades de codificação/decodificação, também incluídas entre as condições de produção textual.

FARACO²⁵, por sua vez, faz a seguinte observação quanto ao processo de codificação/decodificação:

Vamos ter de algumas vezes, talvez, centralizar nossa preocupação com o gráfico, em função das suas peculiaridades, e depois trabalhar com face textual com mais cuidado. Contudo não podemos trabalhar só com o gráfico; nem podemos chegar no gráfico sem uma permanente interligação com a face textual, a face da composição do conteúdo.

Produzir um texto requer atenção à coesão e à coerência, essenciais para que seja possível a sua interpretação, eis que o mesmo é dotado de unidade temática.

Ainda KLEIN²⁶ destaca quatro práticas principais no processo de alfabetização, que julga fundamentais para a aprendizagem no sentido gráfico e temático, quais sejam:

²⁴ KLEIN, 2000, p.41.

²⁵ FARACO, 1996, p.7.

²⁶ KLEIN, 2003, p.34.

- 1) Leitura e interpretação: a leitura deverá abranger diferentes tipos de texto, sendo que estes trabalhos deverão ser realizados em dois momentos distintos: a leitura por prazer e por familiarização e a leitura com intervenção pedagógica, onde serão abordadas as questões gráficas, a localização de informações, a interpretação e as questões gráficas e a localização de informações, a interpretação e a discussão;
- 2) Produção de textos: com a produção inicial de textos mais curtos e, posteriormente ser feita a dissertação. Enquanto os alunos não dominam a escrita, o texto é produzido pelo aluno de forma oral, sendo transcrito pelo professor;
- 3) Análise linguística: Ocorrendo paralelamente à leitura e à escrita e consiste na verificação de alterando-se a forma pela qual foi produzida a escrita, modifica-se o sentido do texto, merecendo destaque a sua reescrita, o que deverá ser feito em aula e com a colaboração conjunta de todos os alunos, discutindo qual a melhor forma de escrever a idéia do autor;
- 4) Sistematização para o domínio do código: Desenvolvimento de atividades específicas que ajudem os alunos a compreender as relações da escrita.

Cumprir destacar a necessidade de análise constante das escritas dos alunos da EJA, para que se busque em suas produções o que ele já sabe e o que ele não sabe, planejando atividades que o ajudem a avançar na escrita.

Concomitantemente ao ensino da leitura e da escrita, cumpre assinalar a importância da conscientização do papel do indivíduo na sociedade, propiciando uma busca por direitos e bens sociais por ele mesmo produzidos.

2.2. Sistematização de Experiências em EJA.

Sistematizar experiências significa compilar e ordenar dados e informações, bem como obter aprendizagens críticas a partir das experiências.

Para que seja construído um processo didático é preciso um estudo e análise da realidade, partindo-se da realidade de uma situação global, passando pelo conhecimento da comunidade até chegar ao contexto da sala de aula, levando-se em conta os saberes prévios de cada um dos alunos.

Atualmente o que se observa é uma estreita relação entre a prática docente cotidiana e na formação de professores como sujeitos da sua própria formação, eis que leva em conta a história de vida do professor, sua identidade profissional e

pessoal, a sala de aula e o contexto escolar. Com isso, no cotidiano da escola, houve uma aproximação entre a teoria e a prática.

Um dos eixos norteadores do trabalho de alfabetização em EJA decorreu de experiências de um trabalho de formação de educadores (II Curso de Capacitação de Formadores em Cabo Delgado, Moçambique), que se baseou no estímulo à produção escrita como forma de trabalhar o letramento e valorizar a autoria de cada um.

Tal estímulo se baseava em escrever cartas, que por si só propicia a expressão de afetividade, tanto entre os formadores quanto entre estes e os educadores, relatando o momento de formação que estavam vivendo.

Disso decorreu uma reflexão por parte dos alunos, que perceberam o quanto é importante o aluno se colocar, se expressar e ser ouvido, servindo essa troca de cartas como uma proposta metodológica, visando uma maior eficácia. no processo de formação dos educadores, permitindo com que se tornem um modelo a ser imitado e enaltecido por aqueles que formou.

2.2.1. Experiências em EJA no Brasil

No Brasil atual, com o envelhecimento da população, observa-se um aumento na população de idosos no EJA. MARQUES²⁷ salienta que “categorizar a velhice é uma atividade difícil, pois ela não consiste somente em um estado, mas sim em constante e sempre inacabado processo de subjetivação”.

Conforme assinala com COURA²⁸, os motivos que justificavam a ausência dos idosos na escola até a terceira idade divergem dos atuais motivos dos alunos da EJA do século XXI, quais sejam: a falta de escolas públicas e as exigências do trabalho, que gera renda para o sustento da família. Ademais, ela cita igualmente motivos que distanciaram esses idosos da escolarização, tais como: mudança de estado civil, de trabalho e de casa, entre outros. Em contrapartida, ela interpreta a aposentadoria, a independência dos filhos, as dificuldades no cotidiano relacionadas com a falta do conhecimento formal e o direito ao transporte gratuito, como

²⁷ MARQUES, 2009, p. 44

²⁸ COURA, 2011, p.3

incentivos para o retorno à escola e disso resulta a busca pela EJA visando uma melhoria na qualidade de suas vidas.

Desde a implantação do Programa de Alfabetização Solidária – PAS, houve uma redução de 32,3% no índice nacional de analfabetismo do grupo composto por jovens e adultos maiores de 15 anos, sendo que a redução mais significativa ocorreu nas regiões Norte e Nordeste, onde se situam a maior parte dos municípios atendidos pelo PAS.

O Programa de Alfabetização Solidária – PAS, com duração de seis meses, sendo um mês para treinamento dos alfabetizadores e cinco meses para a alfabetização, propunha uma ação conjunta entre Governo Federal, empresas, administrações municipais e universidades. Além disso, com atendimento a municípios com índice de desenvolvimento humano inferior a 0,5, o PAS propunha que as instituições de ensino superior das regiões Sul e Sudeste supervisionassem as ações nas cidades localizadas nas regiões Norte e Nordeste.

Considerando a amplitude da palavra formação, é possível delinear pressupostos básicos para a construção do perfil do profissional educador na EJA, quais sejam: compromisso ético e moral; envolvimento; humildade e dedicação e, reflexão.

Saliente-se, ainda, que é imprescindível que os alfabetizadores deem compreender a alfabetização sob a perspectiva do letramento, qual seja ensinar a prática da leitura e da escrita e propiciar ao educando a aplicação de ambos os processos em situações reais.

2.2.2 Experiências alternativas de trabalho na EJA

As experiências alternativas de trabalho na EJA constituem maneiras diferenciadas desenvolvidas com alunos e educadores nas salas de alfabetização, nas quais alunos e educadores devem ser vistos como sujeitos do processo de ensino e aprendizagem.

Com isso, o sentido da alfabetização se amplia, incluindo a leitura de mundo na qual os alunos da EJA estão inseridos e que tem como consequência a existência de vários nuances dentro de uma mesma sala de aula, eis que se considera a experiência de vida de cada aluno.

E, conforme assinala FREIRE²⁹: “A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura deste, não possa prescindir da continuidade da leitura daquela. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente”.

CONCLUSÃO

A alfabetização, leitura e escrita são processos que demandam uma construção permanente, baseada na interação do aluno com o mundo que o rodeia e com a consciência de seu papel na sociedade.

A Educação de Jovens e Adultos – EJA representa um direito de todos aqueles que não tiveram acesso à escolaridade ou não puderam completá-lo.

Em que pese a mudança no perfil dos educadores do EJA em relação ao passado, eis que a maior parte deles, atualmente, não possui a mesma proposta em contribuir para a formação de uma consciência política aos educandos, através da sua alfabetização, já que ora estão ligados às Redes Públicas, estadual ou municipal, ou são educadores comunitários que se dedicam à atividade de alfabetização de jovens e adultos por necessidade de complementação orçamentária, a alfabetização em EJA não deve ser vista como uma forma de compensação ou suplência ao mercado de trabalho, mas sim como um meio de formação integral de homens e mulheres, permitindo-lhes o pleno exercício da cidadania.

Impende salientar que o analfabetismo não exclui a existência de outros saberes não acadêmicos, tais quais as experiências de vida e as leituras de mundo feitas pelos discentes.

O objetivo maior da alfabetização em EJA, diferentemente de outras políticas de alfabetização de adultos, é o do oferecimento da formação profissional continuada, dando aos indivíduos o direito de entender e intervir na sociedade, na qual está inserido e contribuir para o desenvolvimento de novos talentos.

²⁹ FREIRE, 1983 apud TAMAROZZI, Edna; COSTA, Renato Pontes, 2009, p.13-14

REFERÊNCIAS

COURA, Isamara Grazielle Martins. **A terceira idade na EJA: expectativas e motivações**. Disponível em:

<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/HJPB-7DSQ36>. Acesso em: 24/04/2016

FARACO, Carlos Alberto. **Escrita e alfabetização**. São Paulo: Contexto, 1992.

FAVERO, Osmar. **Uma pedagogia da participação popular: análise da prática educativa do MEB – Movimento de Educação de Base. 1961 – 1966**. Campinas: Autores Associados, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

HADDAD, Sérgio e DI PIERRO, Maria Clara. **Escolarização de jovens e adultos**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a07> .Acesso em: 24/04/2016.

JANNUZZI, Gilberta Martino. **Confronto pedagógico: Paulo Freire e MOBREAL**. São Paulo: Cortez, 1989.

KLEIN, Lígia Regina. **Alfabetização de jovens e adultos: questões e propostas para a prática pedagógica na perspectiva histórica**. Brasília: Universa, 2003.

MARQUES, Denise Travassos. **Educação de jovens e adultos: Uma perspectiva de alfabetização com idosos**. Disponível em

http://www.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=510. Acesso em: 24/04/2016.

OLIVEIRA, Marta Kohl. Jovens e adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem. In: RIBEIRO, Vera Mazagão (org). **Educação de jovens e adultos: novos leitores, novas leituras**. São Paulo: Ação Educativa, 2001

PAIVA, Vanilda Pereira. **História da educação popular no Brasil: Educação Popular e Educação de Adultos**. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

PEREIRA, M.L.C. **A construção do letramento na educação dos jovens e adultos**. 1 ed., 1 reimpr. Belo Horizonte: Autêntica/FHC-FUMEC, 2005.

ROCCO, Gaetana Maria Jovino Di. **Educação de adultos: Uma Contribuição para seu estudo no Brasil**. São Paulo, Loyola, 1979.

RAPÔSO, Maria da Conceição Brenha. **Movimento de Educação de Base – MEB; Discurso e Prática, 1961 – 1967**.

Disponível em <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/9123>. Acesso em 24/04/2016.

RUIZ, J.A. **A metodologia científica: guia para eficiência nos estudos**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SOARES, M. **Letramento: um tema em três gêneros**. 2 ed. 11 reimpr. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

TAMAROZZI, Edna; COSTA, Renato Pontes. **Prática educativa da língua portuguesa em EJA**. Curitiba: Iesde, 2009.

TFOUNI, L.V. **Letramento e alfabetização**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2004 (Coleção Questões da Nossa Época, v. 47).

VASCONCELLOS, C. S. **Construção do conhecimento em sala de aula**. São Paulo: Libertad, 2002.

FRANK KENJI AOYAGUE - é necessário formato pdf e em um único documento

De: BOLSAS DE POS GRADUACAO - JFSP
Para: FRANK KENJI AOYAGUE
Data: 25/05/2017 13:37
Assunto: é necessário formato pdf e em um único documento

Frank, boa tarde.

Precisamos que o TCC seja em um único documento, em formato pdf, para que a biblioteca possa inserir no Banco de Teses.

Atenciosamente,

Angélica

Bolsas Pós-Graduação Núcleo da Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores - NUES

2172-6249

>>> FRANK KENJI AOYAGUE 25/05/2017 12:03 >>>

Angélica, bom dia!

Segue em anexo, arquivo do TCC do curso de Pós-Graduação em Língua Portuguesa.

Em 23/03/2017 deixei no Setor de Protocolo o TCC + o Certificado de Conclusão o número do protocolo registrado é 2017.006922.

Grato

Cordialmente,

Frank